



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6762 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Paolla Rolon Rocha - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato

Grosso do Sul

Felipe Francisco Insfran - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Esse é um resultado parcial de pesquisa, que tem como objetivo analisar o ensino secundário, para isso, torna-se necessário compreender a totalidade, como era a sociedade brasileira no final da Primeira República.

O início da Primeira República efetuiu-se em 15 de novembro de 1889, com um golpe militar, liderado por Deodoro da Fonseca e terminou com um golpe militar liderado por Getúlio Vargas em 1930. De acordo com Marx (2011) todos os fatos e personagens de grande importância do mundo na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.

Militares desapossaram o Imperador, no Rio de Janeiro, em 1889, e dessa forma, o país tornou-se uma República. “A instauração da república no Brasil se deu a partir de um golpe militar, ou melhor, fruto da ação de alguns militares, sendo que não havia uma unidade ou consenso entre eles. Apesar de algum número de republicanos civis, estes estiveram ausentes do evento.” (SILVA, 2011, p. 01-02). Para a autora, o término de um regime político não ocorre de uma hora para outra, assim sendo, o Império já vinha perdendo prestígio há algum tempo, pois, constantes eleições fraudulentas; as reações dos militares após a guerra do Paraguai, que queriam mais direitos e maior reconhecimento; a abolição da escravidão (1888), que se por um lado agradou a muitos, por outro desagradou a boa parte dos grandes fazendeiros do Vale do Paraíba fluminense; e a resistência para implantar reformas foram questões que ajudaram nesse processo.

Dessa forma, Deodoro da Fonseca assumiu a presidência, e a Primeira República durou de 1889-1930. Esse momento histórico foi subdividido em: República da Espada (1889-1894), período governado por militares, Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894). E a República Oligárquica que durou de (1894-1930), que colocou na presidência Civis.

A economia era agrária, dessa forma, os estados que mais tinham recursos financeiros eram São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Durante o governo de Deodoro da Fonseca (1889-1891), foi promulgada a Constituição de 1891, que explanou sobre o Ensino Secundário “[...] 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; 4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal”. Porém não foi exatamente assim, por ser uma etapa do ensino não obrigatória e gratuita, não era para poucos, não existiam muitas escolas ofertando essa etapa.

A República Oligárquica tiveram os seguintes presidentes: Prudente de Moraes (1894-1898); Campos Salles (1898-1902); Rodrigues Alves (1902-1906); Afonso Pena (1906-1909); Nilo Peçanha (1909-1910), Hermes da Fonseca (1910-1914); Venceslau Brás (1914-1918); Delfim Moreira (1919); Epitácio Pessoa (1919-1922); Arthur Bernardes (1922-1926) e Washington Luís (1926-1930).

Esse momento histórico, também ocorreram algumas revoltas, a primeira foi a Revolta Armada, que aconteceu nos dois primeiros governos, em que a marinha queria tirar Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto do poder.

A Guerra dos Canudos, durou os anos de 1896 a 1897, na Bahia. Foi um movimento popular, que teve como líder o religioso Antônio Conselheiro, contra o exército. Não se sabe o número exato de mortes, mas a estimativa é que seja de 25 mil pessoas.

A Revolta da Vacina aconteceu em 1904, na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu por conta da violência nas atividades sanitárias, além disso, ocorreu a vacinação forçada descomedida, a população foi contra, e a revolta acabou com 30 pessoas mortas.

A Guerra do Contestado, aconteceu em 1912 a 1916, entre os estados de Santa Catarina e Paraná, conflitos de disputa de terras, pois o terreno era fértil em erva-mate e madeira. Estima-se que ocorreram 10 mil mortes.

Durante esse momento histórico a economia brasileira era agrária, o produto mais exportado era o café. De acordo com Almeida e Engel (2016) não se poderia negar que o café foi o núcleo em torno do qual grande parte da economia brasileira esteve articulada (direta ou indiretamente) e também o núcleo da política econômica daquele período histórico, pois a economia cafeeira era bastante complexa, indo além dos cafezais, incorporando atividades comerciais, de transporte, bancárias e outras de natureza urbana.

Observa-se com a produção de café, decorreu o desenvolvimento no país, aumento da população urbana, criação de comércios e bancos, entre outras atividades envolvendo recursos financeiros, além disso, a República Oligárquica, também era conhecida como República do Café-com-leite. “Os Estados dominantes faziam a escolha dos candidatos à presidência. São Paulo e Minas – a famosa política do café-com-leite – impunham, a partir de Prudente de Moraes, os nomes a serem sufragados” (CARONE, 1976, p. 119). Esses estados tinham os melhores recursos financeiros, dessa forma, colocavam quem eles queriam no poder.

Em 1930, sucedeu um golpe que tirou o presidente Washington Luís do poder. Esse momento foi denominado de Revolução de 1930. De acordo com Carone (1976) aconteceu convergência de tropas revolucionárias sobre o Rio de Janeiro, assim sendo, depois do dia 3, os generais legalistas conspiraram para a realização de um golpe contra as duas forças em confronto, seus objetivos eram derrubar o Washington Luiz e fazer Getúlio Vargas aceitar a nova situação, dessa forma, marcariam depois uma nova eleição. Desse modo, Washington Luís foi obrigado a sair da presidência e Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório em 1930.

A população brasileira na Primeira República, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1890 era de 14.333.915 habitantes, e em 1920 passou para 30.635.605 habitantes. Isso mostra que ocorreu um aumento populacional, e que o país precisava de mais escolas e de políticas educacionais para a população se instruir.

Durante a Primeira República ocorreram algumas Reformas Educacionais que foram: Benjamin Constant (1890), Epitácio Pessoa (1901), Rivadávia Cunha Correa (1911), Carlos

Maximiliano (1915) e Rocha Vaz (1925).

A Reforma de Benjamin Constant, aconteceu em 1890, Decreto n. 981, em que abordou sobre o ensino primário e secundário. Nela, limitava-se ao Distrito Federal (que na época era o Rio de Janeiro).

Sobre o ensino secundário abordou de maneira completa, apontou que seria integral e dado no Ginásio Nacional, dividido em externato e internato. “Art. 26. O curso integral de estudos do Gymnasio Nacional será de sete annos” (BRASIL, 1890). Assim, o ensino secundário teria a duração de sete anos. Porém, essa reforma não chegou a ser efetivada, visto que, ocorreram muitas críticas.

A Reforma de Epiácio Pessoa, no governo de Campos Salles, em 1901, Decreto n. 3890. Aprovava o código dos institutos oficiais superior e secundário. Mudou o ensino secundário para seis anos, além disso, “Art. 125. O Governo poderá mandar todos os annos matricular gratuitamente em qualquer estabelecimento de ensino superior até dous alumnos, dentre os estudantes pobres que tenham revelado nos estudos secundarios excepcional aptidão” (BRASIL, 1901). Observa-se que o ensino secundário naquele momento histórico não era gratuito e nem obrigatório, e dar “bolsas de estudos” a alunos pobres na educação superior era um avanço.

A Reforma de Rivadávia Cunha Correa, no governo de Hermes da Fonseca, em 1911, Decreto n. 8.659. Tirou o caráter oficial do ensino, dando liberdade as instituições escolares, desoficializou o ensino. Dessa forma, tornou-se mais fácil entrar nos cursos superiores e também criação de escolas privadas. Porém, com esse Decreto as escolas perderam qualidade.

A Reforma de Carlos Maximiliano, aconteceu no governo de Venceslau Brás em 1915, Decreto n. 11. 530. Cancelou a Reforma de Rivadávia e reorganizou as etapas do ensino. Assim, o governo continuou mantendo os seis institutos de ensino secundário e superior.

A Reforma de Rocha Vaz ocorreu no governo de Arthur Bernardes, em 1925, Decreto n. 16.782-A. Com essa reforma, a duração do ensino secundário foi para seis anos, além disso abordava que o ensino das línguas seria principalmente prático.

Essas reformas mostram o caráter elitista que o ensino secundário tinha, visto que não era obrigatório e gratuito, salvo algumas bolsas de estudos concedidas. Dessa forma, a classe trabalhadora não tinha condições financeiras de entrar e permanecer nessa etapa escolar.

Espera-se que a pesquisa contribua com a historiografia da educação brasileira, mostrando a sua totalidade, como era a sociedade na Primeira República (1889-1930), que iniciou e terminou com um golpe. Foi um período que ocorreu algumas revoltas da população, que não apoiava o governo.

A economia brasileira era baseada na agricultura, principal produto era o café, São Paulo por ser o Estado que exportava mais o produto, se juntou com Minas Gerais para eleger seus políticos, essa situação ficou conhecida como política do café-com-leite.

Em relação as Reformas Educacionais, ocorreram cinco, foram: Benjamin Constant (1890), Epiácio Pessoa (1901), Rivadávia Cunha Correa (1911), Carlos Maximiliano (1915) e Rocha Vaz (1925). Todas mostram o caráter elitista do ensino secundário, que não era para a classe trabalhadora, visto que não era gratuito nem obrigatório. Dessa forma, tornava-se difícil a permanência de estudantes pobres nas instituições escolares.

Palavras-Chave: Brasil. Ensino Secundário. Primeira República. História. Políticas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. G. F. de; ENGEL, V. **A Influência da Economia Cafeeira no Processo de Industrialização do Brasil na República Velha. Revista de Desenvolvimento Econômico** – RDE - Ano XVIII – V. 2 - N. 34 - Agosto de 2016 -Salvador, BA – p. 581 – 592

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: . Acesso em: 01 ago. 2020

BRASIL. **Decreto N. 981 - de 8 de novembro de 1890**. Disponível em: . Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 3.890 – de 1 de janeiro de 1901**. Disponível em: . Acesso em: 01 ago. 2020.

CARONE, E. **A Primeira República. Rio de Janeiro**. ed: Difel, 1976, 399p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística de Povoamento**. Disponível em: < <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>>. Acesso em: 01 ago. 2020.

MARX, K. **18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SILVA, C. de F. **O 15 de novembro na imprensa carioca**. Aedos - ISSN 1984- 5634. Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011.